Acervo ISA

# Índios aceitam usina privada em reserva

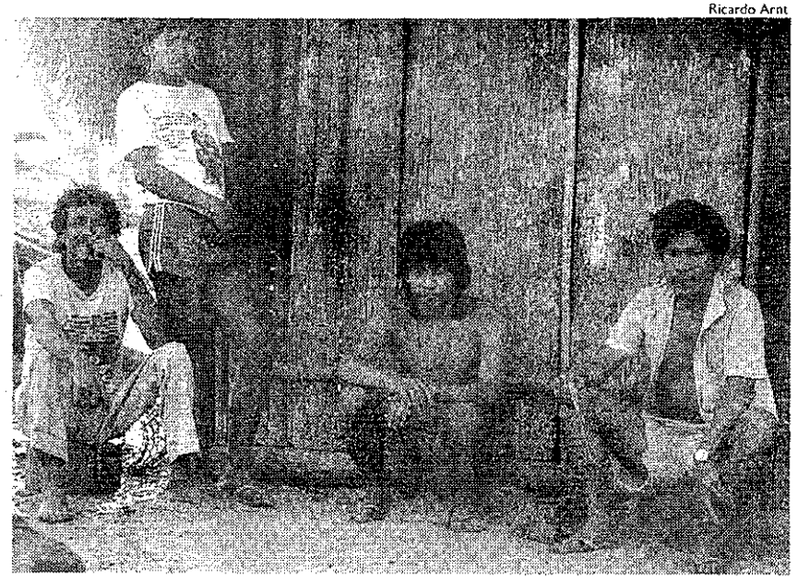
**RICARDO ARNT**
Enviado especial a Rondônia

A primeira usina hidrelétrica privada da Amazônia sob a nova Constituição está assegurada. Os índios nambikwara do sul de Rondônia aceitaram —depois de terem recusado— negociar um acordo de compensação com a Eletrogóes, empresa do grupo baiano Góes Cohabita, que vai construir no rio 12 de Outubro, dentro da área indígena, uma hidrelétrica de 12 mgw para gerar energia para a cidade de Vilhena. A negociação é delicada e precisará ser aprovada pelo Congresso Nacional, conforme determina o artigo 231 da Constituição. Ela afeta o futuro da Amazônia: só em Rondônia, há nove licitações para a construção de hidrelétricas privadas.

Vilhena inteira se mobilizou para construir a usina na terra dos índios. Serão inundados 4,5 hectares. A reserva tem 1.011.961 hectares. A "Carta de Vilhena", do dia 15 de agosto, ostenta o apoio da sociedade, empresários, sindicatos, associações de moradores e todos os partidos políticos. Até a Executiva Regional do PT e as Igrejas católica e evangélica assinaram.

A concorrência foi vencida pela Góes Cohabita em abril do ano passado. Em 18 de maio, foi constituída a Eletróges S.A. Em 11 de junho, antes que o pedido de concessão fosse deferido e a nova empresa regularizada, a Fundação Nacional do Índio (Funai) autorizou a empresa a iniciar estudos na área. Esqueceram apenas de avisar os índios. Em agosto, assustados líderes nambikwara foram a Brasília para protestar. No dia 21 de agosto, o subprocurador-geral da República, Carlos Vitor Muzzi, determinou à Funai a interdição da área a todos estudos "enquanto não obtida a indispensável autorização exigida pela Constituição Federal".

Ricardo Arnt



*Índios nambikwara na aldeia Aroeira, em Vilhena, sul de Rondônia*

Desde então, intensificou-se a persuasão. Desassistidos, pobres e desarticulados, os nambikwara se interessaram pela idéia quando perceberam compensações. Quinze dias depois de ter enviado ao senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), presidente do Senado Federal, o telex número 0442/90 pedindo o "afastamento" dos funcionários da Funai local que "tentam obstruir a construção da usina", o prefeito Lorivaldo Ruttmann testemunhou um acordo mínimo com as lideranças: um Toyota, Cr$ 120 mil no início da construção e mais Cr$ 85.418,00 mensais, durante 30 anos, para cada uma das três aldeias atingidas, melhoria nas estradas e eletrificação. Outra delegação nambikwara foi a Brasília, no dia 16 de julho, e referendou o trato, na Funai.

O acordo será negociado pelos índios, a Funai e a Eletrogóes. A Prefeitura de Vilhena, movimentos indigenistas e o Congresso Nacional participarão. Carlos Alberto Vieira Lima, diretor da Eletrogóes —que também ganhou a concorrência para a construção das usinas privadas de Comemoração e Cachoeira, em Rondônia—, diz que quer "transparência absoluta". Os índios devem contratar um advogado. "Estamos construindo uma convivência que vai durar 30 anos", afirma Vieira Lima.

## Progresso fascina

Do enviado especial a Rondônia

*Sebastião Sabanes, 52, Paulo Sabanes, 23, Irani Tawwandê, 19, e Antonio "Tonhão" Tawandê, 25, vivem na aldeia Aroeira, que será parcialmente inundada e atravessada pela linha da usina 12 de Outubro até Vilhena. São a favor da obra. Eram contra há cinco meses.*

*Os idosos e as mulheres resistem, mas o fascínio dos bens dos brancos e do progresso mobiliza os jovens a favor. O consenso é uma ficção numa sociedade de clãs. Não há liderança ascendente sobre a comunidade inteira. Cada família obedece ao seu chefe. Decisões unitárias são remotas. Mesmo entre os favoráveis à usina, a insegurança é enorme. Não é fácil negociar, especialmente sem dominar o português.*

*"A usina é boa para nós. Tem que ter indenização ou percentagem. Nós não temos ninguém pra ajudar. Seria bom se tivesse advogado. Mas advogado de Vilhena não confiamos não", afirma Tonhão. "Mudamos opinião por causa da comunidade. Eu tinha dúvida. A cabeça doía. Agora decidi", diz Irani.*

*"Se montar usina, vão trabalhar quatro caras. Vamos ter uma chave do portão, outra a Funai e outra eles", afirma Paulo. "Vamos pedir participação nos lucros. Mas nós não sabemos se 10% é bom. O Congresso é que pode decidir, não é", pergunta Tonhão.* **(RAr)**

CEDI
Povos Indígenas no Brasil
Fonte: Folha de São Paulo Class.: 65
Data: 10/09/90 Pg.: A-4